

Dos arrojamentos à prevenção da saúde pública e ambiental; uma retrospectiva de uma sinergia intra-municipal desde Março de 2004.

Quaresma, S. 1 e António, C. 2

1 Município de Alcobaca, Unidade de Ambiente e Espaços Verdes, Rua da Liberdade, 2460-501 Alcobaca, sofia.quaresma@cm-alcobaca.pt

2 Município de Alcobaca, Unidade de Veterinária e Saúde Pública, Rua da Liberdade, 2460-501 Alcobaca, alzira.antonio@cm-alcobaca.pt

Os arrojamentos são ocorrências globais documentadas há muitos séculos, no caso português desde o século XII (Sousa, A. e Brito, C. 2011); correspondem ao aparecimento, na praia, de mamíferos marinhos vivos ou mortos. Face à posição dos Cetáceos e Pinípedes na cadeia alimentar e, sendo espécies presentes em todos os oceanos a informação proveniente de um evento de arrojamento pode ser imensa (desde a ecologia, à biologia, fisiologia, toxicologia, quer da espécie, do espécime, podendo também depreender-se muita informação sobre o habitat e o seu estado). Potenciar e concretizar a recolha desta informação e tratar as ocorrências de arrojamento são práticas correntes em vários países, que têm redes nacionais de arrojamentos há muitas décadas (ex. Inglaterra e França) mas, o oposto também existe. No caso português desde 1977 que, o actual ICNB, coordena este trabalho sendo que, desde 1979 a 2009 estão registados 3522 ocorrências (Sousa, A. 2011). Para esta base de dados, tem contribuído, o Município de Alcobaca e, diga-se de forma pouco usual e sem as devidas condições mas, desde Março de 2004; nos 16km de costa concelhia arrojaram já 84 cetáceos (de 7 espécies), 2 pinípedes (de 2 espécies) e ainda 4 tartarugas marinhas (de 2 espécies).

Até 2004, os animais eram recolhidos e encaminhados para aterro sanitário não existindo qualquer detalhe da ocorrência. Desde 2004 que, qualquer evento de arrojamento que é dado a conhecer ao Município (pela polícia marítima, pescadores, protecção civil, munícipes, veraneantes, etc) é alvo da atenção de um biólogo e/ou veterinário municipal e cumprido um protocolo que termina com o encaminhamento do cadáver para eliminação como materiais classificados como Matérias da Categoria 1 – M1 de acordo com a legislação comunitária, actualmente em vigor no nosso país, o Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Outubro de 2009, que define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1774/2002 (regulamento relativo aos subprodutos animais

Esta prática, obviamente com custos vários associados, parece-nos ser a mais correcta e tem sido valorizada e validada por muitos colegas quer nacionais quer estrangeiros pois o resultados obtidos foram já apresentados em vários encontros da especialidade. Em Alcobaca temos assim, um casamento feliz entre a Biologia e a Medicina Veterinária acautelando-se a saúde ambiental e pública, trabalho que nos últimos 8 anos tem merecido a atenção de várias entidades (Instituto Tecnológico e Nuclear, Museu Nacional de Ciência e História Natural, Direcção Geral de Veterinária, Ordem dos Biólogos - Centro de Formação e G.E.O.T.A.). Como o sentido de dever pessoal e profissional não nos permite agir de outra forma e como o conhecimento científico e informação científica está ao alcance de todos e pode ser produzido por todos, partilhamos na comunidade do Oeste procedimentos e resultados obtidos nos últimos 8 anos.